



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638283 - PB (2021/0000451-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA
ADVOGADO : WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA - PB022768
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : JULLIANA REGIS DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULLIANA REGIS DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 0812539-73.2020.8.15.0000).

A paciente foi condenada às penas de 8 anos e 2 meses de reclusão em regime fechado e de 70 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, c/c o art. 40, inciso IV, da Lei n. 11.343/2006, sentença que transitou em julgado.

O impetrante sustenta que houve a exasperação indevida da pena-base em razão da valoração negativa de circunstâncias judiciais e que deve ser reconhecido o tráfico privilegiado nos termos do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Requer, liminarmente, a adequação da sanção penal aos parâmetros legais e o reconhecimento do tráfico privilegiado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente